

MODERNISMO, RAÇA E CORPO:
FERNANDO DE AZEVEDO E A QUESTÃO
DA SAÚDE NO BRASIL (1920-1930)

Dr. EDIVALDO GÓIS JUNIOR
Universidade Cidade de São Paulo
Universidade Nove de Julho
E-mail: egoisjr@terra.com.br

RESUMO

Este estudo consistiu em compreender o impacto do modernismo, a partir dos anos de 1920 e 1930, na questão da saúde no Brasil. Para tanto, analisaram-se as obras de Fernando de Azevedo, em suas teorias sobre saúde e raça do brasileiro. Esse problema revelou uma nova mentalidade de valorização das raças brasileiras e, sobretudo, de um pensamento de intervenção no campo da saúde e da educação física.

PALAVRAS-CHAVE: História; educação física; saúde pública.

INTRODUÇÃO: ABANDONO DO POVO

Neste ensaio, relataremos como os intelectuais brasileiros, no período de 1920-1930, viam a questão da saúde do povo brasileiro em relação à etnia. Nosso problema consiste em compreender o impacto do modernismo, a partir dos anos de 1920 e 1930, nessa mentalidade sobre a saúde, influenciada pela questão racial. Para tanto, analisaremos as obras de Fernando de Azevedo, sobre a saúde e raça do povo brasileiro.

Estudiosos da saúde pública relataram o panorama de abandono que a Primeira República e os governos anteriores impuseram ao povo brasileiro (MERHY, 1985; TELAROLLI JUNIOR, 1996). Sem condições mínimas de saneamento básico, sem hospitais públicos, sem remédios e assistência médica, e ainda analfabetos e despreparados para o trabalho, o povo brasileiro, segundo os higienistas, estava doente. Uma doença causada pela falta de intervenção do Estado (GÓIS JUNIOR, 2003, 2000; HOCHMAN, 1993, 1998; HOCHMAN; LIMA, 1998). Saúde e educação eram áreas destinadas à responsabilidade dos estados da União. Muitos destes, sem verbas suficientes, atribuíam um plano secundário às questões sociais. Segundo Lycurgo Santos Filho, até “princípios do atual século, a assistência hospitalar esteve praticamente entregue às Irmandades de Misericórdia. Não dependeu, portanto dos governos, mas da caridade pública” (SANTOS FILHO, 1980, p. 73). Só com o início de epidemias, em situações emergenciais, os governos intervieram, como no caso da vacinação contra varíola no início do século XX. Ainda, segundo Santos Filho:

Da mesma forma que as câmaras (municipais, na época responsáveis pela saúde pública), os capitães-generais, governadores das capitanias, cuidaram da defesa da saúde, mormente por ocasião da irrupção de epidemias (SANTOS FILHO, 1980, p. 74).

Sobre a mesma intervenção emergencial do Estado em caso de epidemias, relata Tânia Maria Fernandes (1999, p. 83): “As instituições responsáveis pela vacinação foram criadas em resposta a momentos de crise, em geral causados por epidemias, e não como resultado de uma política de organização institucional”.

Essa intervenção, segundo Paulo Marins (1998), era incipiente. No Rio de Janeiro, por exemplo, as habitações da maioria da população encontravam-se em péssimo estado sanitário. As epidemias eram cada vez mais frequentes. Surtos de cólera-morbo, febre amarela, varíola, malária, tuberculose e peste bubônica faziam muitas vítimas fatais, em virtude das péssimas condições de salubridade oferecidas pelas ruas imundas e, sobretudo, pelas casas lotadas, sem saneamento básico e fornecimento de água. Já a assistência aos pobres era mais acessível na forma de “curandeirismo” africano, muito disseminado na antiga capital brasileira e nas outras capitais do Brasil (MARINS, 1998).

No estado de São Paulo, o quadro não era diferente. Para Rodolpho Telarolli Junior (1996), a aceleração da imigração européia para o estado resultou em uma aglomeração de estrangeiros no Porto de Santos em ambientes insalubres e propícios às manifestações epidêmicas. No início da República houve grandes epidemias de febre amarela, além da varíola e febre tifóide. A mortalidade pelas doenças transmissíveis chegou a responder por um terço dos óbitos no estado na década de 1890. Estas, ainda, não eram atestadas por médicos, e sim por leigos. Quando os casos epidêmicos eram alarmantes havia a assistência médica, em decorrência de esquemas especiais montados pelo serviço sanitário estadual para atender a essas situações. Esse quadro permaneceu em vigência até meados da década de 1920 (TELAROLLI JUNIOR, 1996).

As autoridades não davam assistência digna à população. Somente em casos extremos se poderia verificar a ação governamental. Esse esquema de controle foi chamado por Telarolli Junior de “campanhista-policial”, que tinha o objetivo de controlar epidemias, mas não de prevenir ou assistir a população.

Em 1899 irrompeu na cidade de Santos, São Paulo, uma epidemia mortífera, que se propagou a diversos pontos do país. [...] Era, de fato, a peste bubônica. [...] Então, as autoridades paulistas e federais cogitaram logo da instalação de estabelecimentos para a fabricação de vacinas e do soro contra a peste (SANTOS FILHO, 1980, p. 103).

Contudo, esse era o início da intervenção dos higienistas junto à sociedade, custeada pelo Estado. A campanha social do “movimento higienista” ainda tinha muitos objetivos a alcançar, fundando a medicina social no Brasil.

Como relatamos, o quadro era de abandono nas capitais, e no campo a situação não era diferente.

O interior do Brasil encontrava-se em condições tão precárias quanto as cidades. Euclides da Cunha testemunhou isso no Nordeste, caracterizando o sertanejo como um homem de coragem para resistir aos sofrimentos. O sertanejo não era inferior por sua natureza, mas pelo abandono. Ele desabafa dizendo: “Não temos unidade de raça” (CUNHA, 1933, p. 70). O autor não estava falando em “embranquecimento da raça”, teoria em voga no período; ao contrário, defendeu a melhoria das condições de vida do sertanejo, que poderia ser alcançada com a intervenção do Estado. Cunha esboça a necessidade de os governos saírem do gabinete para conhecer os problemas brasileiros, que se refletiam no isolamento do sertanejo (HOCHMAN; LIMA, 1998).

Dante Moreira Leite atesta que o pensamento de Euclides da Cunha indicava como características do sertanejo a honra, força, audácia e religiosidade. O escritor ressalta sua simpatia pelo sertanejo, julgando-o um exemplo a ser seguido pelo litoral

(LEITE, 1976). Thomas Skidmore também relata esse ideal de Euclides da Cunha ressaltando que sua principal mensagem era evidenciar o abismo que existia entre os sertanejos, isolados no interior, e os bispos e políticos (SKIDMORE, 1998). Ainda esse mesmo *brazilianist* descreve o interesse no desbravamento do interior do Brasil. Destacando a personagem histórica de Cândido Rondon, relata a viagem do presidente norte-americano Roosevelt e sua admiração com o potencial econômico de nossas reservas naturais. Em paralelo, assistíamos ao crescimento de cientistas que tentaram fazer um levantamento da vastidão do interior e de seus problemas sociais. Um deles seria Carlos Chagas, que erradicou a malária em diversas regiões. Segundo Skidmore:

Pioneiros como Rondon e Chagas lideraram um crescente esforço para educar o público no sentido de compreender que muitos brasileiros eram improdutivos por causa das doenças causadas por necessidades médicas e sanitárias não satisfeitas. E os esforços desses pioneiros levariam a importantes campanhas de saúde nas décadas de 1910 e 1920 – campanhas que ajudaram brasileiros esclarecidos a desafiar as teorias deterministas raciais e climáticas que tão freqüentemente dominavam as discussões da elite sobre o lugar do Brasil no mundo (SKIDMORE, 1998, p. 117).

É esse ideal que enfocaremos nas obras dos intelectuais brasileiros: a intervenção estatal como princípio para melhorar as condições de vida da população. Contudo, diversos intelectuais (VIANNA, 1959; PEIXOTO, 1938) ainda se prendiam às teorias européias sobre a inferioridade física do povo brasileiro (SKIDMORE, 1994, 1998). Com essa realização, derrubaríamos definitivamente as teses pessimistas e deterministas sobre o povo do Brasil.

Nesse contexto muitos intelectuais (BAPTISTA, 1941; BARRETO, 1937; 1948; BARROSO, 1932; CRUZ, 1972; ELLIS JUNIOR, 1933; FONTENELE, 1930; SÁ, 1942; PEIXOTO, 1913) construíram um ideário higienista extremamente heterogêneo, que tinha em comum o desejo de propor uma nova sociedade, organizada sobre os auspícios da ciência.

PESSIMISMO EM RELAÇÃO À RAÇA E AO POVO

No fim do século XIX e início do século XX, estava no auge uma teoria que pregava que raça não se limitava a determinadas características étnicas, mas também representava características psicológicas coletivas. Dante Moreira Leite chamou essas características de “caráter nacional brasileiro”.

Caráter nacional brasileiro seria uma análise do nosso povo a partir de características psicológicas coletivas herdadas dos negros, índios e brancos (LEITE, 1976). Era um discurso que pretendia explicar a questão do nosso atraso no desenvolvimento

econômico e cultural em relação aos Estados Unidos e à Europa, investigando o que havia de específico no brasileiro.

Influenciados por escritores europeus, alguns autores acreditavam em um determinismo biológico que condenava o brasileiro a ter certas características, que, para eles, poderiam ser herdadas geneticamente. Em resumo, nosso povo teria pensamento e atitude natos que eram herdadas das raças negra, indígena e branca (LEITE, 1976; SKIDMORE, 1989, 1994, 1998; SCHWARCZ, 1993).

O discurso em torno da raça passa ser referência para as elites brasileiras. Intelectuais como Lapouge e Le Bon começam a ser seguidos no Brasil por defenderem a tese de raças superiores e inferiores. Um texto de Le Bon esclarece suas idéias:

[...] pelo simples fato de que a raça é diferente e desprovida das qualidades fundamentais que possui aquela que povoa os Estados Unidos, todas essas repúblicas [da América], sem uma só exceção, são perpetuamente presas da mais sangrenta anarquia e, malgrado as riquezas surpreendentes do seu solo, caem uma após outra nas dilapidações de toda a sorte, na fâlcia e no despotismo (Le Bon apud LIMA, 1980, p. 43).

Da mesma forma pronunciou-se Vacher Lapouge sobre a América Latina: “elas chegam ao mundo muito tarde, e a raça em si mesmo é muito inferior. O México, onde o elemento indígena a absorveu completamente, e o Brasil, imenso estado negro, que retornou à barbaria, são os dois únicos de uma importância numérica séria” (Lapouge apud LIMA, 1980, p. 44).

O determinismo biológico das limitações das raças dos brasileiros provoca um ambiente de pessimismo em relação ao desenvolvimento do país. Muitos viam as características psicológicas herdadas dos índios e negros como um obstáculo intransponível para o desenvolvimento do Brasil.

Leite cita muitos desses deterministas. Podemos destacar aqui Oliveira Vianna, que defendia a tese de que o Brasil era formado por uma aristocracia muito bem dotada geneticamente de qualidades positivas herdadas dos europeus. Porém, em contraposição, possuía um povo inferior, responsável pelo atraso do país (VIANNA, 1959). O povo era inferior por ser formado por raças inferiores. Também, Alberto Sales é influenciado pelas teorias deterministas-raciais em voga no Brasil, e acredita em uma raciologia. Esta prega que o Brasil não poderia alcançar os padrões de desenvolvimento da Europa e da América do Norte por ter uma raça inferior, em razão da mestiçagem com os negros. Para ele:

A raça africana, pela sua inferioridade moral e pela sua inaptidão social e política, sendo introduzida brusca e violentamente no seio das populações inteiramente distintas, certamente que não podia contribuir para o seu desenvolvimento moral e intelectual, senão para seu atraso (Salles apud VITA, 1965, p. 106).

A discussão sobre a raça era muito difundida nesse recorte histórico. Todos estavam preocupados com uma raça que desenvolvesse o país e garantisse a formação de um Estado nacional. Essa idéia defendia uma unidade de território, etnia e língua, que na época eram alguns dos principais definidores do povo (HOBBSBAWN, 1990). Sem esses pressupostos, o Brasil não se formaria como nação. Objetivo que só foi alcançado nos anos de 1930. Outro exemplo é Afonso de Mello Franco, advogado e diplomata, Afonso Arinos formou-se em 1927 pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Na juventude dedicou-se à literatura e acompanhou seu pai em missões diplomáticas no exterior. Ocupou-se também do jornalismo, atividade que desempenharia em vários momentos de sua vida. Ele aponta o Brasil como uma civilização de duas culturas: uma primitiva e outra mais avançada. Ele acredita no determinismo racial, colocando cada característica psicológica do brasileiro como influência de determinada raça. Achava, também, que os negros e índios teriam desrespeito à ordem legal.

Essa imagem de povo ruim também influenciou, em um primeiro momento de sua obra, Monteiro Lobato, que se redimiou dessas considerações pessimistas em relação ao caboclo. Mesmo assim, é interessante conhecermos esse pensamento.

Para Lobato, o caboclo, comum no interior do Brasil, ao contrário do que mostrou Euclides da Cunha com o sertanejo, era um parasita, um piolho da nossa terra, incapaz de produzir, só podendo usufruir o que a natureza lhe poderia dar. Em suas palavras, esse funesto parasita da terra era o interiorano, espécie de homem baldio, inadaptável à civilização, que vivia à beira dela na penumbra das zonas fronteiriças. À medida que o progresso chegava, ele escondia-se no interior (LOBATO, 1961).

Lobato achava que o modernismo passava uma falsa idéia positiva do caboclo. Esse movimento literário, para Lobato, retomava o Indianismo da fase romântica da literatura brasileira. Nos seus escritos:

Pobre Jéca Tatú! Como és bonito no romance e feio na realidade.

Jéca mercador, Jéca lavrador, Jéca filósofo... Quando comparece às feiras, todo mundo logo adivinha o que ele traz: sempre coisas que a natureza derrama pelo mato e ao homem só custa o gesto de espichar a mão e colher – cocos de tucum ou jissára, guabirobas, bacuparis, maracujás, jataís, pinhões, orquídeas; ou artefatos de taquara-póca – peneiras, cestinhas, samburás, tipitis, pios de caçador; ou utensílios de madeira mole – gamelas, pilõesinhos, colheres de pau (LOBATO, 1961, p. 281).

Lobato ressaltava os aspectos negativos do caboclo, caracterizando-o como um preguiçoso, que não se movia nem sequer para manter a organização de sua

moradia. Não consertava seu telhado nem limpava sua casa, tudo era abandonado pelo desleixo daquele habitante. “Quando a palha do teto, apodrecida, greta em fendas por onde pinga a chuva, Jéca, em vez de remendar a tortura, limita-se, cada vez que chove, a aparar numa gamelinha a água gotejante” (idem, *ibidem*, p. 282).

Mas, ainda nessa fase pessimista de Lobato, podemos perceber prenúncios de sua futura atividade política em favor da intervenção. Ele começava a descrever a ignorância do Jeca Tatu, a falta de informação, a falta de assistência médica. Isso se dava no momento em que o romancista indicava que o caboclo não sabia quem era o presidente da República, pensando que quem fosse o chefe de Estado do país era o imperador. Esse isolamento aos principais fatos políticos do país não se daria pelo fato de o caboclo ser uma raça inferior. Era evidente que essa falta de informação era produto do analfabetismo enraizado no Brasil. Da mesma forma, a crença do caboclo no curandeirismo como forma de combate às doenças provinha da mesma causa: a falta da educação. Como ele descreve:

Doenças hajam [sic] que remédios não faltam. Para bronquite, é um porrete cuspir o doente na oca de um peixe vivo e solta-lo: o mal se vai com o peixe água abaixo... Para 'quebranto de ossos', já não é tão simples a medicação. Tomam-se três contas de rosário, três galhos de alecrim, três limas de bico, três iscas de palma benta, três raminhos de arruda, três ovos de pata preta (com casca; sem casca desanda) e um saquinho de picumã; mete-se tudo numa gamela d'água e banha-se naquilo o doente, fazendo-o tragar três goles da zurrapa. É infalível (idem, *ibidem*, p. 288).

Monteiro Lobato, influenciado pelas teorias deterministas européias, construiu uma idéia pessimista sobre o brasileiro, embora tenha voltado atrás, anos mais tarde, sobre a crítica que fazia ao povo brasileiro e ao modernismo. Esses escritores pensavam que se nosso povo é geneticamente debilitado, o país sempre será pobre, sem termos o que fazer e realizar. Mas essa ideologia tem seus opositores. Entre eles, os nacionalistas (CELSONO, 1943), intelectuais modernistas, e também vários higienistas (PENNA, 1923; COUTO, 1932, 1933), que às vezes se opõem a essas teorias radicalmente, ou por outras as negam, mas conservam alguns elementos desse pensamento influente na época.

MODERNISMO E OS PROBLEMAS DO BRASIL

No início do século XX, diversos intelectuais, segundo Elizabeth Camargo (2006), ficaram desiludidos com os caminhos tomados pelo Brasil em sua nova fase republicana. Entre eles destaca-se Euclides da Cunha, “cuja influência sobre Fernando de Azevedo consideramos muito importante, no início de sua produção cultural.

Em *A poesia do corpo*, Euclides da Cunha aparece como um autor importante a quem Fernando de Azevedo recorre por diversas vezes para pensar e interpretar o Brasil. O que pretendemos destacar, em linhas gerais, é que Fernando de Azevedo recebeu influência desses 'paladinos malogrados', dentre os quais procuraremos indicar, numa perspectiva ainda muito inicial, aqueles que conseguimos identificar como importantes para sua formação" (CAMARGO, 2006, p. 19).

Euclides da Cunha e Fernando de Azevedo faziam parte de uma geração de intelectuais extremamente críticos em relação à organização social brasileira. Esse tipo de discurso, segundo Camargo (2006), relaciona-se com o "rebaixamento do nível moral". Esse conceito é encontrado em Olavo Bilac, Coelho Neto, Monteiro Lobato, apesar de eventuais divergências teóricas. "A seu modo, todos esses autores também criticaram a 'moral do prazer', que julgavam dominante na época, e viram a necessidade de serem encontradas alternativas para o país, que consideravam estar atravessando uma séria crise. E, ainda, à sua maneira, criticaram a 'moleza', a 'indolência', a 'ociosidade' e caminharam mais na direção de um moral austera" (CAMARGO, 2006, p. 21).

A partir dos anos de 1920, alguns intelectuais e artistas brasileiros colocam-se contra os princípios culturais da *Belle Époque*, que consistia em uma formulação cultural que copiava os estilos franceses em todos os campos da esfera cultural. O movimento de oposição à *Belle Époque* ficou conhecido no Brasil como "modernismo".

O fato é que depois da Primeira Guerra Mundial surrealistas e futuristas europeus criticavam radicalmente a cultura européia. Intelectuais e artistas brasileiros tomaram contato com essas novas teses nos anos de 1920, e inauguram um movimento modernista dentro de uma especificidade brasileira, ou seja, criticando os cânones tradicionais da arte e, no campo intelectual, o pessimismo em relação ao elemento negro e indígena na composição da raça brasileira (SKIDMORE, 1998).

Com isso, os deterministas raciais passam a ser alvo de uma crítica bem elaborada por intelectuais brasileiros como Gilberto Freyre e Fernando de Azevedo, intelectuais modernistas que se tornaram seguidores de uma tradição anti-racista, inaugurada por Alberto Torres.

Sobre esse aspecto, devemos destacar que embora o modernismo brasileiro negasse as teorias deterministas-sociais, e uma eugenia negativa, mais restritiva, essa mesma tendência ganhava terreno na própria França. Patrícia Fortunato Dias (2008) revela as divergências da eugenia francesa em relação à inglesa, norte-americana e alemã, que sustentaram políticas de esterilização dos doentes em seus países, defendendo a seleção dos mais aptos. A eugenia francesa, segundo Dias, fortemente influenciada por uma cultura católica, via na esterilização de doentes um método anticoncepcional que atentava contra a vida. Na França, a eugenia foi

mais influenciada pela puericultura de Adolphe Pinard, que defendia a qualidade da gestação e dos cuidados com a criança para o desenvolvimento de uma população mais saudável. O eugenismo francês concentrou-se mais em medidas preventivas e educacionais. “Além disso, a puericultura de Pinard se desenvolvia e ganhava a simpatia do poder público e da Igreja, o que afastou ainda mais as possibilidades de uma eugenia negativa” (DIAS, 2008, p. 76).

Nessa mesma tendência, higienistas brasileiros, na primeira metade do século XX, abandonaram as explicações deterministas-raciais sobre nosso país. Para esses pensadores, os problemas do Brasil residiam na falta de intervenção do Estado na solução de questões sociais. Tratava-se de cuidar da população brasileira. Com essa tese esses modernistas combateram e criticaram a literatura estrangeira determinista-racial, apontaram os caminhos a serem seguidos pelo Estado na melhoria das condições de vida do povo, e indicaram como melhor explorar o potencial econômico brasileiro. Nesse momento, vislumbraremos nuances das obras de Fernando de Azevedo.

Escritor modernista, publicou uma vasta obra em que analisou a sociedade brasileira como um todo, por exemplo, em *A cultura brasileira*. Ele também foi um militante, participando da discussão dos Congressos de Eugenia e de Higiene (PAGNI, 1994). Foi um dos educadores responsáveis pelo movimento escolanovista. Obteve cargos no ministério de Gustavo Capanema (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 2000).

O que nos interessa neste momento é analisarmos sua obra no que tange às reformas educacionais e higienistas. Azevedo pensava que os problemas brasileiros residiam em um povo fraco, mas essa não era uma situação definitiva. Seu projeto de melhoria do povo ou da raça tinha dois pilares: educação e saúde.

Elaborou, então, um projeto de escola pública que englobasse essas duas questões. Neste, ele criticava a precariedade das condições sociais do povo. A proposta educacional desse intelectual baseava-se na estruturação das escolas, na democratização do ensino, na educação do trabalho, na educação higiênica e na educação física.

Azevedo via o país em uma situação caracterizada pela degradação e o abandono. Via em nossas crianças o retrato de um povo fraco fisicamente. Percebia que o Estado não dava sequer conta da alfabetização e ressaltava as precárias condições do sistema de ensino no Brasil. Para ele, no primeiro relance das inspeções nas escolas, no aspecto material, mais acessível à observação, notava-se o completo abandono. As escolas, em sua maioria, instaladas em velhas edificações de aluguel e, às vezes, mesmo em ruínas, ou em prédios mal adaptados aos fins escolares, constituíam um atentado aos nossos foros de cultura e a todos os princípios rudi-

mentares de higiene e educação. Mas, além das instalações, as próprias crianças proletárias estavam abandonadas, como relata:

[...] quem tenha tido o ensejo de observar e experimentar ao vivo o estado de miséria física e social de grande parte da população escolar, de centros urbanos e rurais, não pode passar despercebida a necessidade de incorporar, nas reformas, planos de assistência higiênica e alimentar as crianças pobres, de uma população, sem seiva, sugada até à medula menos pela miséria do que pelas verminoses, pela sífilis e pelas endemias. Mas, entregando-me rasgadamente a uma política de assistência social, sentia que todo esse esforço [sic] não atingiria os objetivos visados, se, ao mesmo tempo, não procurasse pôr em via de solução o problema do tratamento das crianças enfêrmas das escolas públicas (AZEVEDO, 1934, p. 184).

“As graves questões de educação pública ainda não se haviam erguido entre nós, do plano secundário a que foram sempre relegadas” (idem, ibidem, p. 42). Continua ele dizendo que, até então, quase todas as reformas realizadas no Brasil eram superficiais. Não procediam, geralmente, se não por inserções arbitrárias de novos processos ou padrões de técnica do sistema tradicional do ensino, isto é, por meio de inovações, acréscimos e substituições que se distribuíam sem elementos de coesão sobrepondo-se na legislação escolar, em camadas correspondentes a períodos distintos e a orientações diferentes. O que também incomodava Azevedo era que os destinos da educação brasileira, na maioria das vezes, eram entregues a políticos ou a técnicos aprisionados a fórmulas didáticas. Para ele, mudar a educação no Brasil seria uma questão de modificação do espírito e filosofia educacionais, para que estes caminhassem para a democratização e o liberalismo. Dizia ele:

Ora, se o jogo das causas econômicas e o progresso das máquinas desenvolveram, na sociedade atual, o predomínio da indústria, que criou uma civilização em mudança; o alargamento quantitativo das sociedades, com a multiplicação dos círculos e dos contatos sociais, trouxe, em consequência, o desenvolvimento das idéias igualitárias, que presidem à nossa evolução social. A educação nova, nas suas bases, na sua finalidade e nos seus métodos, não podia, pois, fugir, de um lado, às idéias de igualdade, de solidariedade social e de cooperação que constituem os fundamentos do regime democrático, e por outro lado às idéias de tese racional, trabalho criador e progresso científico, que guiam a sociedade cada vez mais libertada da tirania das castas e da servidão dos preconceitos (AZEVEDO, 1934, p. 17).

O intuito deste seria a fundação da escola laica, obrigatória e igualitária. Democratizar a educação seria um grande passo para a modernização do Brasil, seguindo o caminho de superação do atraso (idem, ibidem). Para isso, tentou criar um sistema educacional baseado nas mais recentes descobertas científicas. Previa uma instrumentalização das escolas, com rádio, disco e cinema como materiais que

pudessem auxiliar na relação professor-aluno. Para modernizar, também, era necessária a industrialização, que por sua vez exigia uma educação para o trabalho.

Assim, propõe uma escola do trabalho. Para ele, a educação não poderia ficar alheia ao fenômeno da industrialização. Por esse motivo, ele foi descrito na historiografia como um utilitarista. Mas ele mesmo já se defendia dessas considerações:

Mas, a escola nova, igual para todos, organizada em regime de vida e trabalho em comum, própria para desenvolver a consciência social de igualdade, solidariedade e cooperação, e a consciência econômica do trabalho produtivo, não deve tender a sacrificar ou escravizar o indivíduo à comunidade, nem a prescindir os valores morais, na formação da personalidade humana. Eu tenho da vida, e, portanto, da educação, uma concepção integral, que não me permite considerar o homem apenas como instrumento de trabalho; que me criou a consciência da necessidade de aproveitar, na educação, todas as forças ideais, isto é, tudo aquilo que dá sentido e valor à vida humana, e, que portanto, me obriga a reivindicar para o indivíduo seu direito em face da sociedade, à qual aliás ele tanto mais se adaptará e servirá, como unidade eficiente, quanto mais desenvolver e aperfeiçoar sua personalidade, "em todos os sentidos" (idem, *ibidem*, p. 19).

Azevedo pensava que seu projeto não era somente pragmático, mas que a educação integral, nos sentidos moral, físico e intelectual, era um direito da criança e uma obrigação dos educadores. Uma educação completa e não-imediatista. Essa concepção educacional pretendia, nas palavras de Azevedo, desenvolver amplamente a criança, incutindo-lhe valores morais, como cooperação, espírito de iniciativa, responsabilidade e perseverança.

Sobre o utilitarismo, Azevedo diz que não se pode tratar os indivíduos como meios ou máquinas sem pensamento, que só devem executar o gesto prático. Mesmo propondo "o esforço produtivo que ordena o pensamento à utilidade imediata de ação, não se contenta apenas com a utilização científica do homem, em vista de seu Rendimento máximo na engrenagem econômica" (idem, *ibidem*, p. 21), procura uma base larga sobre a vida. Para ele, a escola, entre suas funções, deveria cultivar o valor do trabalho, mas isso não seria exclusivo aos proletários, e sim a todos.

As idéias européias do homem como uma máquina influenciaram muito Azevedo. Sua proposta também pretendia preencher essa lacuna. Preparando a criança para o trabalho, não no sentido de lhe ensinar uma profissão, pois isso era papel da educação profissional, mas de ensinar o valor do trabalho produtivo. E, pela educação física, preparar essa máquina, pois:

[...] a intensidade febril da vida moderna, com todas as emoções que nos faz constantemente experimentar, obrigando-nos a trabalhar e a produzir como máquinas, não se pode suportar senão, a expensas do sistema nervoso que se mantém em alta tensão, sempre vibrante em seu máximo grau. Ao lado e simultaneamente com esses fatores que contribuem para o

esgotamento das energias individuais, trabalhadas e enervadas por toda espécie de solicitações externas, o veículo fácil e a máquina reduziram, nas grandes cidades cada vez mais industrializadas, as oportunidades para os exercícios e para as fadigas físicas, multiplicando as ocasiões de contágios pela interpenetração cada vez mais profunda dos círculos sociais e profissionais, nas ruas, nas escolas, nas fábricas, no teatro (idem, ibidem, p. 174).

Fica claro que a educação teria um papel de preparação dos futuros trabalhadores, mas isso, na época, longe de ser um mal, era uma unanimidade entre todas as posições políticas no Brasil e na Europa. Vivíamos um tempo de grande valorização social do trabalho produzida no século XIX. Não podemos esquecer que o próprio marxismo é uma antropologia do trabalho que valoriza seu papel criador. Azevedo assistiu à importação de mão-de-obra estrangeira, fato que incomodava os nacionalistas. Propõe, então, que a educação, que se completaria com a educação higiênica, auxilie na formação de trabalhadores brasileiros. Tratava-se de um voto de confiança de Azevedo no povo brasileiro.

A proposta de Azevedo não mediria esforços no sentido de ensinar as concepções higiênicas aos alunos. A escola teria um papel preponderante no saneamento do país. Como saúde e educação eram suas preocupações centrais, as duas esferas acabam completando-se em uma estrutura sólida que mudaria o país. Pelo menos, foi assim que pensou o educador.

Ele criticou a forma como a educação tradicional tratou os assuntos da saúde, sempre deixando em plano secundário, sem uma estrutura que possibilitasse o ensino da higiene e da educação física. Na Escola Nova construíram-se edifícios amplos e arejados. As crianças teriam assistência médica que se prolongaria até a casa do aluno com as visitas das enfermeiras. Da escola, partiria um atendimento que visava atingir toda a sociedade. O projeto pretendia inculcar novos hábitos higiênicos que se difundiriam em todos os lares por meio da educação da criança (AZEVEDO, 1933). Para ele, pela educação sanitária se estabeleceria uma vigilância constante, reprimindo-se imediatamente qualquer negligência, mostrando a importância da saúde. Para isso, seriam usados palestras, filmes, exposições, cartazes e folhetos, além de todos os meios de difusão de práticas higiênicas, como dramatizações e concursos infantis, associações e patrulhas sanitárias.

No entanto, era imprescindível uma intervenção estatal para que a escola pudesse alcançar esse nível estrutural, mas isso não feria os princípios liberais de Azevedo. Ele sabia que o investimento do Estado na educação e na saúde deveria estar em primeiro plano e tenta convencer o Estado a intervir. Ele nega as teorias deterministas raciais quando prega que a nossa raça estava ruim, mas poderia ser melhorada com a intervenção estatal na saúde e na educação, fazendo com que o povo adquirisse qualidades físicas e intelectuais que seriam transmitidas para ge-

rações futuras. Esse é o projeto eugênico que Fernando de Azevedo defende em suas publicações. Ele não defendia o embranquecimento da raça, nem mesmo a regulamentação dos casamentos entre raças consanguíneas.

Para entendermos precisamente o que ele pretendia, temos que observar esta passagem:

A superioridade ethnica de um povo é uma equação entre os elementos de sua formação e as condições históricas que sobre eles actuaram. A quem atende na heterogeneidade de elementos ancestrais que, fusionando-se, deram o produto híbrido e impreciso de nossos genes, e nas condições, que os influenciaram, não pode surpreender o espetáculo desagradável desse povo sem um tipo ainda para o qual tenda um tipo ethnico definido, mas ao contrário, imperado raquítico, e, por isto, destinado aos pessimistas á absorção ou ao menos á quase impossibilidade de se tornar um dia uma força viva de humanidade e uma glória real de civilização latina (idem, ibidem, p. 14).

Pode-se entender, desse modo, que o pensamento de Azevedo tentava unir duas teorias: a determinação genética e a determinação do meio. Entendia que o povo brasileiro estava em formação, portanto adquirindo características do meio (educação, saúde), e estas seriam herdadas geneticamente pelas gerações futuras (AZEVEDO, 1950). O que pretendia era melhorar a raça pela democratização da saúde e da educação. Em seus termos:

O exercicio – esta maravilhosa acção mecânica, é que corrige e modela a estrutura humana. Quando, pois, persistindo a causa durante varias gerações, a herança fixa definitivamente os caracteres adquiridos, as modificações anatômicas assim produzidas tornam-se permanentes e chegam á constituição de espécies novas, de maneira que uma adaptação a uma função útil póde definitivamente fixar-se sob fórma de um character ethnico [...] (AZEVEDO, 1920, p. 22).

Para Fernando de Azevedo, esse seria o objetivo de a educação física possibilitar, por meio de uma educação higiênica e da eugenia, a formação de um novo homem brasileiro para as próximas gerações (SOARES, 1990; GÓIS JUNIOR; LOVISOLO, 2003; MENDES; NÓBREGA, 2008).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi muito estudado o impacto do modernismo na arte, pelas contribuições de Oswald de Andrade, Mário de Andrade, Anita Malfatti, Tarsila do Amaral no campo estético da arte a partir da Semana de Arte Moderna de São Paulo em 1922. Sobre a valorização do herói brasileiro, como o mestiço Macunaíma. Porém, ainda pouco se estudou sobre o impacto do modernismo no campo da saúde pública. Qual a

influência do pensamento modernista de Gilberto Freyre, Fernando de Azevedo, nas políticas de saúde no Brasil? Esse problema inicial revelou-nos uma nova mentalidade de valorização das raças brasileiras e, sobretudo, de um pensamento de intervenção no campo da saúde, ou seja, o povo brasileiro não era inferior em termos de saúde por motivação racial, mas, sim, por falta de intervenção do governo nas políticas de saúde pública. Como bem revelaram Hochman e Lima (1998), o movimento higienista e a medicina absolveram o povo brasileiro de sua condição de doente, colocando como réu o governo. Contudo, complementaríamos essa tese colocando o modernismo como também um dos responsáveis por essa absolvição.

O modernismo reivindicou a invenção de um estilo nacional, de uma arte nacional, seguindo os princípios do cotidiano brasileiro, valorizou suas origens culturais, não como o romantismo dos indianistas, em que a simples exaltação do nacional não transformava nada. Mas em uma crítica contundente à elite brasileira, realizada pela própria elite, que abandonava o estilo europeu tradicional, e que também abandonava as teses racistas de Conde Gobineau, de Gustave Le Bon, o que internamente, no campo da saúde pública, significava a derrota de teorias autoritárias, como os galtonianos eugenistas de Renato Kehl, pois ele foi derrotado pela influência do pensamento intervencionista do “movimento higienista”, que resultava na rejeição às teorias deterministas-raciais. Os higienistas perceberam que a causa da debilidade do povo era a incapacidade das elites em cuidar dos problemas sociais. No Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia o antropólogo Fróes da Fonseca, ao ler *Lições de eugenia* de Renato Kehl, que foi distribuído no congresso, assim se pronunciou:

Não nos parece pois que a organização das populações brasileiras seja problema racial. Como o têm reconhecido todos os grandes espíritos que têm procurado pôr em equação o nosso futuro, o problema fundamental é o da educação em geral e o da higiene em especial (Fonseca apud MARQUES, 1997, p. 66).

Era a defesa de um espírito modernista, que via no campo da saúde uma forma de melhorar o homem brasileiro, mas despia-se de qualquer idéia de características raciais superiores ou inferiores.

Modernism, ethnicity and body: Fernando de Azevedo and the question of Brazilian health (20th century, 20's and 30's)

ABSTRACT: In the 20th century, this study wanted understands the impact of modernism, in the 20's and 30's, in the issue of health in Brazil. For both, it analyzed the works of Fernando de Azevedo, in his theories on health and the Brazilian ethnicity. This problem has shown a

new mentality of recovery of Brazilian races, and above all, a thought of intervention in the health and physical education fields.

KEY WORDS: History; physical education; public health.

Modernismo, a raça e o corpo: Fernando de Azevedo y la cuestión de la salud en Brasil (1920-1930)

RESUMÉN: Este estudio fue comprender el impacto del modernismo, en las décadas del 1920 y 1930, sobre la cuestión de la salud en Brasil. Por tanto, buscó en Fernando de Azevedo, y en sus teorías, la discusión sobre la salud del pueblo brasileño. Este cenario ha puesto manifiesto una nueva mentalidad de recuperación de razas de Brasil y, sobre todo, un pensamiento de la intervención del gobierno en el campo de la salud y educación física

PALABRAS CLAVES: Historia; educación física; salud pública.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, F. *Da educação física: o que ella é, o que tem sido, o que deveria ser*. São Paulo: Weiszflog Irmãos, 1920.

_____. O problema da regeneração. *Educação Física*, n. 5, p. 10-13, 1933.

_____. *Novos caminhos e novos fins*. São Paulo: Melhoramentos, 1934.

_____. *A cultura brasileira*. 3. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1950.

BAPTISTA, A. A. de O. *Elementos de higiene*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1941.

BARRETO, J. de B. *Tratado de higiene*. 2. ed. 1. v. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948.

_____. *Higiene do trabalho industrial*. Rio de Janeiro: Oscar Mano, 1937.

BARROSO, S. *Higiene para todos*. São Paulo: Melhoramentos, 1932.

CAMARGO, E. A. S. P. A poesia do corpo: a defesa de uma moral austera. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 27, n. 94, p. 13-46, jan./abr. 2006.

CELSE, A. *Porque me ufano do meu país*. 12. ed. Rio de Janeiro: Briguiet, 1943.

COUTO, M. Seleção social no Brasil. *Medicina e Cultura*, Rio de Janeiro: Oscar Mano e Cia, v. 1, 1932.

_____. A educação e a saúde. In: _____. *No Brasil só há um problema nacional: a educação do povo*. Rio de Janeiro: Tipog. do *Jornal do Comércio*, 1933.

CRUZ, O. As condições higiênicas e o estado sanitário da Gávea. In: _____. *Opera Omnia*. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 1972.

CUNHA, E. *Os sertões*. 12. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1933.

DIAS, P.F. *Prevenir é melhor que curar: as especificidades da França nos estudos de Eugenia*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

ELLIS JUNIOR, A. *Noções elementares de higiene e de biologia*. São Paulo: Saraiva, 1933.

FERNANDES, T. M. *Vacina antivariólica: ciência, técnica e o poder dos homens 1808-1920*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.

FONTENELE, J. *Compendio de higiene*. 3. ed. Rio de Janeiro: s.ed., 1930.

GÓIS JUNIOR, E. *Os higienistas e a educação física: a história dos seus ideais*. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, 2000.

_____. *O século da higiene: uma história de intelectuais da saúde (Brasil, século XX)*. Tese (Doutorado em Educação Física) – Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, 2003.

_____.; LOVISOLO, H. R. Descontinuidades e continuidades do movimento higienista no Brasil do século XX. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, v. 25, n. 1, p. 41-54, set. 2003.

_____. A educação física e concepções higienistas sobre raça: uma reinterpretação histórica da educação física brasileira dos anos de 1930. *Revista Portuguesa de Ciências do Desporto*, v. 5, n. 3, p. 322-328, set./dez. 2005.

HOBBSAWN, E. *Nações e nacionalismos desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HOCHMAN, G. Regulando os efeitos da interdependência. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, 1993.

_____. *A era do saneamento*. As bases da política de Saúde Pública no Brasil. São Paulo: Hucitec/Anpocs, 1998.

_____.; LIMA, N. Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo Movimento Sanitarista da Primeira república. In: MAIO, M. C.; SANTOS, R. V. (Orgs.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1998.

LEITE, D. M. *Caráter nacional brasileiro*. 3. ed. São Paulo: Pioneira, 1976.

LIMA, M. A. *O corpo no espaço e no tempo: a educação física no Estado Novo*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1980.

LOBATO, M. A velha praga. In: _____. *Urupês*. São Paulo: Brasiliense, 1961. [Col. Obras completas, v. 1.]

MARINS, P. Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. In: SEVCHENKO, N. (Org.). *História da vida privada no Brasil*. 3 v. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

- MARQUES, V. *Medicalização da raça*. Campinas: Edunicamp, 1997.
- MENDES, M. I. B. de S.; NÓBREGA, T. P. da. O *Brazil-Medico* e as contribuições do pensamento médico-higienista para as bases científicas da educação física brasileira. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 209-219, jan./mar. 2008.
- MERHY, E. *O capitalismo e a saúde pública: a emergência das práticas sanitárias no Estado de São Paulo*. Campinas: Papyrus, 1985.
- PAGNI, P. Â. *Fernando de Azevedo: educador do corpo*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1994.
- PEIXOTO, A. *Elementos de "Higiene"*. Rio de Janeiro: Francisco Alvez, 1913.
- _____. *Clima e saúde*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.
- PENNA, B. *Saneamento do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ribeiro dos Santos, 1923.
- SÁ, C. *Higiene escolar*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942.
- SALDANHA, N. *O pensamento político no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense, 1978.
- SANTOS FILHO, L. *Pequena história da medicina brasileira*. São Paulo: Parma, 1980.
- SCHWARCZ, L. *O espetáculo das raças*. São Paulo: Cia das Letras, 1993.
- SCHWARTZMAN, S.; BOMENY, H.; COSTA, V. M. *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro: FGV/Paz e Terra, 2000.
- SKIDMORE, T. *O preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. São Paulo: Paz e Terra, 1989.
- _____. *O Brasil visto de fora*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- _____. *Uma história do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- SOARES, C. L. *O pensamento médico higienista e a educação física no Brasil: (1850-1930)*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1990.
- SOBRINHO, B. L. *Presença de Alberto Torres*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- TELAROLLI JUNIOR, R. *Poder e saúde*. São Paulo: Ed. Unesp, 1996.
- TORRES, A. *O problema nacional brasileiro*. Brasília: Ed. UnB, 1982. [Col. Temas brasileiros.]
- _____. *As fontes de vida no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1990.
- VIANNA, O. *Raça e assimilação*. 4. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959.
- VITA, L. *Alberto Sales: ideólogo da República*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965.

Recebido: 10 jun. 2008

Aprovado: 16 ago. 2008

Endereço para correspondência

Edivaldo Góis Junior

Av. Escragnolli Dória, 260 – Jardim Vila Formosa

São Paulo-SP

CEP 03470-000